

RECURSO ESPECIAL Nº 1.572.236 - RS (2015/0309034-5)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : NELSON BRIGIDO DA SILVA
ADVOGADO : FRANCISCO LEITE DA SILVA - PR025199
RECORRIDO : COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS
ADVOGADOS : ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA - PE016983
ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO - PR056355
RECORRIDO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : KARINE VOLPATO GALVANI E OUTRO(S) - RS057824
INTERES. : COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR
INTERES. : APARECIDA DIAS PAYAO ZAMBONI
INTERES. : IZABEL PINTO GUILHERME
INTERES. : LAZARO CORREA DE OLIVEIRA

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Nelson Brígido da Silva contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 580):

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. COBERTURA SECURITÁRIA. COMUNICAÇÃO DO SINISTRO - INOCORRÊNCIA.

Nem mesmo abstratamente pode-se considerar a exigência do cumprimento em juízo da obrigação da seguradora, pela ausência de comunicação pelo segurado da ocorrência de evento que possa ser qualificado como sinistro. A falta de comunicação impede que fique caracterizado o inadimplemento no plano extrajudicial, disso resultando ausência de interesse processual e, conseqüentemente, necessidade de extinção do feito sem apreciação do mérito.

O recorrente aponta violação do art. 3º do CPC/1973, explicitando que a documentação apresentada evidencia a efetiva comunicação do sinistro por parte do mutuário, o que foi realizado antes do ajuizamento da ação que, inicialmente, tramitou em litisconsórcio ativo.

Busca a reforma do aresto recorrido para que seja reconhecido o interesse de agir.

Decido.

Inicialmente, destaco que o recurso foi a mim distribuído por prevenção, haja vista a existência de conexão com o REsp 1.540.953/RS, o qual foi decidido pela em. Relatora Desembargadora convocada Diva Malerbi, com certidão de trânsito em julgado.

Destaco, ainda, que o presente apelo especial limita-se a debater a existência do interesse de agir do mutuário para o ajuizamento da demanda,

não havendo qualquer discussão sobre o mérito do litígio, tampouco a respeito do FCVS.

A jurisprudência do STJ reconhece que "a inexistência de prévia comunicação da ocorrência de sinistro não autoriza a recusa ao pagamento da indenização, estando, assim, materializado o interesse de agir do segurado na resistência injustificada da seguradora" (AgInt no REsp 1.652.350/PR, Rel. Min. RICARDO Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 27/2/2018, DJe 12/3/2018).

A propósito:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. AÇÃO SECURITÁRIA. VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. FALTA DE COMUNICAÇÃO DO SINISTRO. INTERESSE DE AGIR DA SEGURADA. EXISTÊNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. "A inexistência de prévia comunicação da ocorrência de sinistro não autoriza a recusa ao pagamento da indenização, estando, assim, materializado o interesse de agir do segurado na resistência injustificada da seguradora" (AgInt no REsp 1.652.350/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe de 12/03/2018).

2. "Ainda que não haja prévio comunicado à seguradora acerca da ocorrência do sinistro, eventual oposição desta ao pedido de indenização deixa clara sua resistência frente à pretensão do segurado, demonstrando a presença do interesse de agir" (REsp 1.137.113/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/03/2012, DJe de 22/03/2012).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no REsp 1.603.713/RS, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 9/10/2018, DJe 16/10/2018)

No caso, apesar do longo tempo em que tramita a demanda e a ciência efetiva da seguradora a respeito do pleito securitário, não há qualquer elemento que demonstre ter ocorrido o pagamento da quantia pleiteada, o que é suficiente para o reconhecimento do interesse de agir do recorrente.

Logo, deve ser reformado o acórdão proferido na origem para que, superada a ausência de interesse de agir, seja dado normal prosseguimento à demanda.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial para que, afastada a ausência do interesse de agir, a instância de origem prossiga no exame da demanda, como entender de direito.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

